

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2013**

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista**

Anabela Mancebo Gomes • António Gabriel Fraga Martins Maio • António Gonçalves Toste Parreira • António Toledo Alves • Fábio António Lourenço Vieira • Fernando Alvarino de Sousa Vieira • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina Mendes Pimentel • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Gabriel Pimentel da Silva • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Gabriel Martins Gomes • Manuel Henrique Assis Ferreira • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Maria Raquel Lourenço Machado Melo • Paulo Agostinho Fagundes Cota • Paulo Ângelo Toste Vieira • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Luís Andrade de Medeiros • Salvador da Rocha Lopes • Sérgio Manuel Pedro Cardoso • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Basílio Narciso de Sousa • Honorato Bettencourt Lourenço • Jorge Henrique Costa Belerique • Luciva Ventura • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Dinis Fagundes • Mónica Reis Simões Seidi • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP**

Maria Eduarda Ferreira Borba • José Alberto Dinis Borges • Olinda Maria Gonçalves da Rocha.

**Deputados municipais independentes**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Câmara Municipal**

**Presidente:** Sofia Machado do Couto Gonçalves.

**Vereadores:** Alonso Teixeira Miguel • Anselmo José Rocha Barcelos • António da Silva Gomes • Fernando Francisco de Paiva Dias • Hugo Louro da Rosa.

----- «» -----

*A ata da sessão anterior foi posta à discussão e votação.*

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Julgo que há um problema na ata. Na intervenção referente ao senhor Honorato, presidente da Junta de Freguesia do Raminho, no que respeita às obras e ao escoamento das águas na variante daquela freguesia, é referido erradamente como «senhor Andrade» e o senhor chama-se Honorato.

**Sr. presidente da Mesa:** – Será feita a correção.

*A ata da sessão anterior foi aprovada com 26 votos a favor e 6 abstenções.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:*

- Ofício da EDA:

*«Construção da linha MT a 15KW, Vinha Brava/Doze ribeiras, para conhecimento da Assembleia Municipal e da Câmara. Junto enviamos cópia da comunicação enviada à Direção Regional de Energia a 15 de fevereiro, atinente à execução da obra acima referenciada».*

- Do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela:

*«Exmo. Senhor presidente, venho por este meio, solicitar a V. Exa. que se digne dar a conhecer, na sessão da Assembleia Municipal de fevereiro, a realização do II Seminário das Assembleias Municipais a realizar em Mirandela no dia 6 de abril com o intuito de valorizar as Assembleias Municipais como espaços privilegiados da cidadania e democracia. Em breve será entregue o programa definitivo».*

## **B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público presente.*

## **C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhor presidente, Exmos. membros da Mesa, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados, bom dia.

Queria aproveitar para falar de algumas questões que me parecem pertinentes e aconteceram desde a última reunião da Assembleia Municipal.

Entrando um pouco na ordem de trabalhos seguinte e fazendo referência ao facto de ter havido uma reunião da Comissão Municipal de Trânsito, gostaria de reiterar a posição do PSD, contrariando o que disse a senhora presidente da Câmara na última Assembleia sobre a realização de um estudo de trânsito, considerando-o não prioritário, neste momento, no conjunto de ações a desenvolver por parte da Câmara Municipal.

Em nome da bancada do PSD, gostaria de pedir para que essa posição mudasse e nunca deixasse de ser prioritária e rápida a realização de um estudo de trânsito para o concelho de Angra, tal como assumido pela anterior vereação.

Continuamos a ter problemas complicados com a fluidez e intensidade do trânsito e com a falta de estacionamento em Angra, até porque também foram abandonados os projetos de construção de novos parques de estacionamento na cidade.

Temos os conhecidos problemas com as calçadas, as requalificadas com os defeitos que já aqui apontámos e as que ainda o não foram, o desconhecimento acerca da capacidade de carga que um piso em calçada tem, seja ela requalificada ou não, mediante a densidade de tráfego apresentada hoje em dia pelo concelho e a sempre atual discussão entre fechar ou não fechar mais ruas ao trânsito, reservando-as aos peões que têm sempre apoiantes e detratores de qualquer decisão que se possa vir a tomar.

Tendo em conta a gritante desatualização do último estudo de trânsito realizado neste concelho, julgo que seria de equacionar um novo estudo, uma medida que já tinha sido proposta em Recomendação pelo PSD nesta casa e assumida pela anterior presidente da Câmara, doutora Andreia Cardoso, como um objetivo a realizar no decurso deste mandato.

Há outras questões importantes já tratadas por alguns de nós presentes na última reunião do Conselho de Ilha como membros desta Assembleia Municipal, onde se debateram os documentos previsionais do Governo Regional, quer o Plano e Orçamento para 2013, quer as Orientações de Médio Prazo para os anos seguintes.

Seria importante que também nos pronunciássemos aqui acerca de alguns dos temas lá referidos de reconhecida importância e estruturantes para o concelho, designadamente para a cidade, como o facto de ter desaparecido da planificação do Governo Regional a primeira promessa do atual presidente quando anunciou a sua candidatura e visitou a ilha Terceira; refiro-me ao Plano de Reordenamento e Requalificação da Baía de Angra.

Gostaria que a senhora presidente nos elucidasse acerca das medidas que estão em marcha, (se é que estão), porque foi uma posição unânime de todos os conselheiros de ilha presentes, que não há qualquer referência ao Plano de Requalificação da Baía de Angra que foi prometido pelo senhor presidente do Governo Regional quando anunciou a sua campanha.

Gostaria agora de falar da eterna questão do Cais de Cruzeiros. Todos conhecemos os debates que aconteceram em todos os fóruns possíveis e imagináveis e também são muito claras as posições de todos os partidos políticos presentes na Assembleia Municipal. O partido político que se comprometeu com a construção daquela obra foi o Partido Socialista, que tem ganho sucessivamente e com votações reforçadas os atos eleitorais quer no concelho, quer na região.

Neste momento deparamo-nos com uma situação insólita - ainda mais para quem apoiava a construção do Cais de Cruzeiros mediante algumas condicionantes - que é o facto de não haver referência à sua construção neste mandato do Governo, nem no Plano e Orçamento para 2013, nem nas Orientações a Médio Prazo. Sei que a senhora presidente esteve reunida com o senhor presidente do governo, portanto poderá ter alguns dados novos para nos fornecer.

É insólito que o presidente do governo, descontando a linguagem futebolística, esteja a «chutar para canto» a construção desta obra bandeira do Partido Socialista para o nosso concelho. Tivemos também uma atitude ainda mais surpreendente do Secretário Regional que tutela os assuntos da cultura, ao assumir em Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais que, se tivesse que emitir um Parecer à construção do Cais de Cruzeiros nos últimos moldes em que o mesmo foi proposto, seria negativo, tendo em conta principalmente as questões ligadas ao parque arqueológico da baía de Angra.

Tendo em conta o panorama atual e sabendo nós o que foi dito nesta casa aos partidos e às pessoas que puseram reticências, dúvidas ou obstáculos à construção de um projeto daqueles naquelas condições, com as condicionantes que a baía de Angra tem, também gostaríamos de saber o que diz agora a atual presidente e o Partido Socialista em governação na Câmara de Angra.

Seria importante que essas situações fossem clarificadas, porque o que temos neste momento em cima da mesa não é o que foi a votos, proposto e apresentado pelo PS, mas sim todas as

dúvidas que os partidos da oposição apresentaram ao longo dos tempos e foram criticadas com veemência por quem está no poder; gostaríamos de ouvir mais algumas explicações a esse respeito.

Temos também a previsão do ajuste direto para a elaboração do projeto do Centro Interpretativo da cidade de Angra. Gostaria de saber se aquele projeto, com sua dimensão e importância, não deveria ter sido objeto de um concurso público em, vez de um ajuste direto, da mesma maneira que gostaria de saber se, apesar de não estar no orçamento municipal discutido na última reunião da Assembleia Municipal, é intenção desta Câmara abandonar definitivamente a construção do pavilhão das Doze Ribeiras ou se a prevê para futuros orçamentos de um eventual próximo mandato.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhora presidente e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

A minha questão é sempre a mesma em todas as assembleias, a respeito do troço entre a escola Tomás de Borba e a escola de S. Carlos. Vi com agrado que colocaram já uma lombada ao pé da passadeira junto à entrada para a Canada dos Folhadais mas continuo a achar que aquilo não é suficiente.

Sei que é uma estrada regional da competência do governo, mas julgo que é do interesse da Câmara garantir a segurança de quem ali transita, não só as pessoas como também os carros. Se passarem ali dois jeeps um pelo outro, os retrovisores podem tocar-se.

Gostaria de saber se a Comissão de Trânsito já foi envolvida neste assunto e se o Governo Regional está a levar esta questão em atenção ou se estão a ser estudadas propostas e soluções válidas para resolver a situação.

Não sendo perita no assunto, não sei se o sentido único será solução ou se poderá optar-se pela colocação de semáforos como os que existem na Madre de Deus. Não sei que solução se poderá encontrar para ali, mas é certo que alguma terá que ser encontrada antes que aconteça uma tragédia e morra ali alguém.

**Sr. d. m. José Alberto Borges:** – Muito bom dia, senhor presidente e senhores membros da Mesa da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Começo por fazer um agradecimento pessoal à senhora presidente da Câmara pelas instalações cedidas à Associação de Basquetebol da Ilha Terceira (ABIT), agradecendo também aos vereadores que votaram a favor dessa proposta. Lamento que alguém tenha votado contra; é do meu próprio partido... Eu sou assim; tenho que dizer a verdade e esta é a realidade das coisas. Já falei com a pessoa em causa.

A razão que nos levou a solicitar aquele espaço foi a grave situação financeira deixada pela anterior direção daquela associação, pessoas que, se calhar, não deveriam estar na rua, mas sim na nova cadeia da Terra Chã, porque andam a brincar com os dinheiros públicos e a prejudicar o desenvolvimento do desporto. Como fundador da associação, por motivos sentimentais e também por pertencer à atual direção, agradeço-lhe do fundo do coração.

Também gostaria de lhe perguntar se o problema relacionado com os desfibrilhadores já está resolvido... Já? Fico contente por isso, porque é mais um passo importante para o desporto para além da necessidade absoluta de termos esse equipamento junto dos pavilhões.

Logo que houver oportunidade, gostaria que a Câmara Municipal procedesse à pintura das suas portas para ficar com outra imagem porque algumas delas já estão a necessitar de tinta. Sei que há falta de verbas mas penso que terão esse cuidado na entrada da primavera porque fica bem para quem nos visita.

Gostaria de saber se a senhora presidente tem alguma resposta para me dar a respeito da paragem dos autocarros mais perto das urgências do novo hospital como sugeri na reunião anterior.

Também alertei a Câmara Municipal para a venda ambulante; tenho aqui uma fotografia e isto parece mais um mercado biológico, que já foi alargado à rua da Palha e ao Alto das Covas, com tanta banqueta livre no mercado duque de Bragança.

Para evitar gastos na construção do futuro Mercado Municipal, sugiro que ele passe aqui para a Praça Velha; trazia-se as banquetas usadas para o folclore e outras coisas e ornamentava-se a praça. Visto que há falta de dinheiro para tudo, é uma sugestão em tempo de crise.

Deixo as fotos ao senhor presidente da Mesa da Assembleia para fazerem parte dos documentos porque isto para mim é muito feio.

**Sra. presidente da Câmara:** – Muito bom dia a todos. Em relação à prioridade ou importância do estudo de trânsito para Angra do Heroísmo, não quer dizer que o mesmo não seja prioritário mas apenas consideramos que não é o mais prioritário face às disponibilidades atuais.

Penso que as mudanças recentes no trânsito em Angra resultaram muito bem; pelo menos têm sido esses os ecos da esmagadora maioria das pessoas. Há uma grande satisfação com pequenas mudanças realizadas, nomeadamente a possibilidade de se virar à esquerda na rua de S. João, para quem se desloque no sentido ascendente da rua da Sé, a inversão na rua do Salinas, etc.; tudo isto trouxe grandes benefícios.

Quanto à questão do estacionamento que também foi referida, desde que este novo regulamento entrou em vigor e as coisas têm estado a funcionar com a nova empresa, a informação de que disponho é contrária ao que foi referido, verificando-se uma maior disponibilidade de estacionamento do que a existente até então.

Verificou-se que muitas pessoas infringiam o regulamento. Salvo erro, nos primeiros quinze dias, foram feitos cerca de 500 avisos referentes a estacionamento irregular, o qual veio a reduzir ao longo do tempo, por perceção das pessoas de um maior rigor na fiscalização.

A situação do Plano de Requalificação e Ordenamento da Baía de Angra foi colocada na última reunião de Câmara. Desconheço ao pormenor o orçamento da região, no entanto, a entidade responsável pelo trabalho de requalificação da baía é a Associação de Portos; como tal, penso que deveria constar no orçamento da APTG e não no Plano e Orçamento do Governo e deduzo que conste. Digo isto porque, no corrente mês, tive uma reunião com a Associação de Portos e falámos da implicação dos trabalhos com as festas Sanjoaninas e verificou-se que não havia incompatibilidades; não tenho nenhuma informação a respeito de qualquer paragem neste plano de trabalhos.

O Cais de Cruzeiros tem sido muito falado e é normal que assim seja porque é uma obra de grande impacto no concelho de Angra do Heroísmo. Há uma consonância de opiniões entre o atual executivo camarário e o presidente do governo. O mercado dos cruzeiros é muito importante para Angra mas a construção do terminal não precisa implicar a perda do parque arqueológico subaquático da baía.

Estamos numa fase em que é possível rever este projeto e equacionar outras opções, para que possamos ter um mercado de cruzeiros que é uma mais-valia para o concelho e para a ilha, compatibilizando ambas as realidades. Face aos cenários existentes é possível reavaliar o projeto, equacionando outras opções.

Porque é que não houve um concurso público para o Centro Interpretativo? Porque o arquiteto Siza Vieira é o expoente máximo da arquitetura em Portugal e uma grande referência a nível

mundial e tivemos a sorte de ele aceitar o desafio para fazer este projeto, beneficiando a cidade de Angra do Heroísmo da única obra sua nos Açores até ao momento. Fui eu que falei com ele naquela altura, mas já tínhamos falado anteriormente sobre esta situação.

Não se partiu para o concurso público, porque pretendíamos o arquiteto Siza Vieira. Não queríamos simplesmente um centro interpretativo; pretendíamos um centro interpretativo para Angra Património Mundial e conseguimos conciliar com a mais-valia de termos o arquiteto Siza Vieira a desenvolver esse trabalho.

A questão da construção do pavilhão das Doze Ribeiras já foi conversada com o senhor presidente da Junta de Freguesia; manifestei-lhe a opinião de que não podemos duplicar infraestruturas que implicam grandes investimentos no primeiro ano e custos insuportáveis nos anos seguintes.

Construiremos um pavilhão em Santa Bárbara, no início deste ano. Temos outro na freguesia da Serreta e não podemos multiplicar infraestruturas destas em todas as freguesias do concelho porque existem outras necessidades.

Manifestei a opinião ao senhor presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras que deveríamos equacionar outras alternativas, nomeadamente a residência para idosos, para que cada freguesia possua uma valência que a sirva a si e às freguesias vizinhas. Não podemos multiplicar por 19 freguesias todas as infraestruturas que o concelho necessita.

A questão da segurança no troço do Caminho do Meio de S. Carlos levantada pela senhora deputada Rita Andrade é recorrente e já foi falada aqui sucessivamente. Como foi referido é uma estrada regional e o Governo Regional está a tratar do assunto.

Já foi aqui explicada a possibilidade dos semáforos e do trânsito de sentido único. A opção dos semáforos, à semelhança dos que existem ao pé do Centro Cultural, revelar-se-ia perigosa porque, existindo no local muitas moradias, os moradores correriam o risco de circular em sentido contrário ao indicado nos semáforos. Estas preocupações foram todas manifestadas à Secretaria; temos falado com alguma frequência e, das situações menos preocupantes até ao momento, esta é a que ainda está em vigor.

Em resposta à intervenção do senhor deputado José Borges, não há que fazer qualquer agradecimento. A Associação de Basquetebol tem muito peso no concelho de Angra que possui muita atividade desportiva e o basquetebol é uma das modalidades mais praticadas.

Temos conhecimento das dificuldades encontradas pela nova direção e, à semelhança do que tem sido feito com outras associações, apesar de numa fase inicial ter sido solicitada uma sala na escola da Conceição, acabou por se encontrar uma solução mais favorável, porque o pavilhão municipal é um espaço que por excelência serve o basquetebol.

Os desfibrilhadores já estão colocados e operacionais em diferentes edifícios e espaços municipais, sendo que houve preferência de colocação nos espaços com prática desportiva. As pessoas já tiveram formação e os aparelhos poderão ser usados em qualquer altura. Receávamos que os desfibrilhadores fossem mal usados e aplicados incorretamente mas são automáticos e só ativam em caso de necessidade; não disparam se a pessoa não precisar deste tipo de equipamento.

O edifício da Câmara Municipal de facto está a precisar de diversas intervenções interiores e exteriores, para as quais não se conseguiu ainda enquadramento orçamental, apesar da firme intenção de o fazer.

Ainda não tenho resposta em relação à paragem dos autocarros mais perto das urgências do hospital mas vou solicitá-la novamente.

Concordo com o que disse o senhor deputado José Alberto Borges sobre a venda ambulante na cidade e estamos a avaliar a proibição e alteração da exceção; é um assunto que tem estado a ser trabalhado nos últimos dias e a venda de plantios regressará ao mercado Duque de Bragança.

**Sr. d. m. José Gabriel Silva:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, respetiva Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A minha intervenção é um apelo que faço à Câmara ou a quem de direito, porque hoje em dia se fala mais em segurança. A maioria de nós são pais, outros são avós, como eu e há que zelar pela segurança das crianças. Digo isto para relatar uma situação que presenciei na rotunda da escola padre Tomás de Borba, onde vi um transporte coletivo da Empresa de Viação Terceirense a transbordar de alunos, alguns sentados nos degraus de acesso à porta numa folia. A intenção é levá-los para casa e não para o hospital ou para a morgue.

Não sei se é habitual isto acontecer ou se foi uma situação esporádica naquele dia mas acho que se deve chamar à atenção, porque não têm sido poucos os acidentes com autocarros, especialmente no continente. É altura de resolver a situação antes que acabemos por chorar e lamentar algo de grave que possa acontecer. A segurança é essencial e tem que ser posta em prática, doa a quem doer.

**Sr. d. m. Honorato Lourenço:** – Bom dia senhor presidente, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais.

Quero mostrar a minha preocupação com o abandono da variante do Raminho. A estrada está inacabada, os poços estão cheios e o canal não foi feito. Enviei vários *e-mails*, não recebi qualquer resposta e esperava que se dignassem, pelo menos, a responder; já lá vai algum tempo e até hoje não me disseram nada.

Gostava que a senhora presidente me respondesse, nesta Assembleia, quando pretende acabar e se pretende fazer o dito canal na referida estrada. Obrigado.

**Sr. d. m. Rómulo Correia:** – Bom dia, Exmo. presidente da Assembleia e restante Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados municipais.

Pergunto ao senhor presidente da Assembleia se já tem alguma informação sobre a recomendação apresentada na sessão da Assembleia de junho passado, na freguesia da Terra Chã, relacionada com a empresa SPRHI e a dívida para com a Junta de Freguesia da Terra Chã.

**Sr. presidente da Mesa:** – Solução, não tenho; tenho uma resposta relacionada com a sua questão. Está programada para a semana uma reunião consigo e com o presidente da SPRHI.

**Sr. d. m. Manuel Ferreira:** – Bom dia, senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores deputados municipais.

A Junta de Freguesia e os representantes dos moradores de S. Carlos reuniram com as Obras Públicas e com a Empresa de Viação Terceirense, para resolver a situação do trânsito no Caminho do Meio de S. Carlos.

Foram apresentadas várias soluções, uma delas sugeria que o trânsito entrasse no Caminho do Meio e na rua Dr. Viriato Garrett, seguindo num só sentido, mas isso causaria grandes atrasos no transporte dos alunos para a escola Tomás de Borba. Assim sendo, ficou combinado que o problema seria colocado ao Governo Regional.

A última informação de que disponho é que está em estudo a abertura de uma estrada para resolver a situação, que é muito má, porque a rua é muito apertada quando se cruzam duas viaturas; as pessoas ficam assustadas e encostadas à parede. Temos debatido isso várias vezes mas há coisas que são impossíveis.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Quería reiterar a discordância do PSD em relação à prioridade do estudo de trânsito; continuamos a achar que esse estudo é prioritário e essencial e voltaremos a apresentar uma recomendação na próxima reunião da Assembleia Municipal para que esse estudo seja efetuado.

Há aqui uma questão que é importante averiguar. Se a responsabilidade do Plano de Requalificação da Baía de Angra é da Associação de Portos dos Açores, também não está prevista no Plano nenhuma transferência de verba para aquela associação com vista à realização desta obra. Gostaria que a senhora presidente movesse as diligências necessárias para saber o que se passa e, se não é para 2013, para quando será, se será.

Quanto ao que foi referido a respeito do Cais de Cruzeiros, reparámos que, o que está previsto para a Terceira no Plano para 2013 é, basicamente, a conclusão dos projetos e das obras existentes, algumas demasiado atrasadas, outras autênticos mamarrachos que têm merecido críticas, não só do PSD como dos mais variados setores da sociedade. Há muito que estas obras deveriam estar prontas e têm estado envolvidas em falências dos empreiteiros responsáveis, na falta de verbas para a sua conclusão, enfim um sem número de situações já amplamente discutidas.

A construção do Cais de Cruzeiros foi sempre apresentada como sendo um projeto estruturante para o desenvolvimento do concelho com uma percentagem elevadíssima de financiamento comunitário que sempre foi utilizada como bandeira para dizer que o projeto não seria oneroso.

A pergunta que se coloca neste momento é: quais as alternativas, se há outros projetos previstos ou se há a hipótese de se estudar uma ideia que foi apresentada pelo arquiteto José Parreira, apesar de sabermos que a Baía das Águas tem algumas limitações de profundidade para o calado dos navios envolvidos. Em vez de se fechar a baía de Angra com um cais de cruzeiros, poderia eventualmente construir-se uma estrutura do género para a Baía das Águas.

Para concluir, gostaria de dizer que o tempo acaba por ser engraçado. Saúdo as posições que a senhora presidente da Câmara acabou de tomar, nomeadamente quando se referiu ao pavilhão das Doze Ribeiras, à racionalização de custos e à construção de estruturas que, mais do que o custo da sua construção, implicam elevados custos na sua manutenção.

Há anos que as oposições nesta Assembleia Municipal e na Câmara defendem que essa deve ser a postura verdadeira; há anos! Foi preciso passar todo esse tempo para que agora o discurso seja mais fácil de ser consensualizado e os partidos da oposição já não sejam considerados os papões que querem fazer mal à população e não querem obras e valências.

É preciso pensar, racionalizar e equilibrar os investimentos de modo a termos um desenvolvimento harmonioso no concelho sem a sua falência.

**Sra. presidente da Câmara:** – Tomei nota da questão dos transportes e vamos alertar para esta questão da segurança com os estudantes.

No que toca à questão do senhor Honorato, presidente da Junta de Freguesia do Raminho, eu estava a tentar pesquisar as várias respostas que lhe fui dando por *e-mail* porque referiu que nunca lhe foi dada qualquer resposta. Não lhe dei resposta aos dois últimos *e-mails* mas já estive consigo no local lá na freguesia do Raminho, falámos sucessivamente e também dei a resposta por diversas vezes aqui Assembleia. Estava à procura para referenciar os outros *e-mails* a que lhe fui respondendo mas só tenho aqui as mensagens mais recentes.

Do pacote 3 de estradas, a variante do Raminho é a obra mais cara e de peso mais significativo no orçamento; foi uma intervenção nova com um custo grande. Tendo sido resolvidas muitas situações nesta variante, haviam pendentes 2 ou 3, uma delas o



arredondamento de uma curva que já foi corrigido e outra a canada do campo de jogos que já está no orçamento. Está aqui a revisão da transição e é para concluir, como já o assumi.

O senhor Honorato, no seu último *e-mail*, referiu que entendia que o problema das águas pluviais que vêm da parte mais alta do concelho não seria da responsabilidade do governo porque provinham de estradas municipais, mas as águas não nascem aí e já vêm de montante. Já lhe referi que foi enviado um ofício solicitando informação por escrito; entretanto já tinha reunido com o anterior Secretário do Ambiente e também com o atual, relatando a nossa preocupação com esta situação e a necessidade de intervencionar.

Por parte do município foram construídos alguns poços e o senhor Honorato teve a amabilidade de me enviar algumas fotografias para mostrar que a resposta era escassa e sabemos que são necessárias intervenções muito mais a montante. Como o senhor sabe, estamos a falar de uma obra de centenas de milhares de euros e aguardamos resposta do senhor Secretário para percebermos o que vai ser feito.

Sobre a questão do senhor Rómulo, já tínhamos falado ontem e o senhor presidente já lhe respondeu há pouco.

Em relação à intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro sobre o Cais de Cruzeiros, a única coisa que posso fazer é remeter as questões que foram colocadas porque essa não é uma responsabilidade nossa. Já referi que entendíamos que o projeto deveria ser revisto, as diferentes hipóteses serão colocadas em sede de projeto e reportaremos as suas questões a quem de direito.

Em relação ao que referiu sobre a postura da poupança, habitualmente não entro nesta discussão nem o vou fazer mas quero lembrar que, na primeira Assembleia em que estive presente como presidente da Câmara, na apresentação do orçamento, fui acusada de apresentar pouco investimento, esclareci que o investimento se aplica no primeiro ano e a partir daí, tudo são despesas de manutenção e foi sucessivamente referido que tínhamos que fazer mais investimentos, fazer outras apostas, haver mais despesas de capital, etc.

Isto não é uma questão de oposição; foi construído um pavilhão na freguesia de Santa Bárbara, outro na freguesia da Serreta e não se justifica a construção de mais um no meio.

**Sr. presidente da Mesa:** – Face a uma questão colocada pelo senhor deputado Luís Rendeiro, permitam-me que transmita também a minha posição sobre a construção do Cais de Cruzeiros.

Diria que sou da fornada do senhor deputado José Borges porque, quando entendemos que uma situação é injusta, não nos calaremos, independentemente da decisão vir do partido A ou do partido B.

Como o senhor deputado Luís Rendeiro referiu e apesar de não concordar com a sua construção, o Cais de Cruzeiros é uma estrutura fundamental para a nossa ilha e em particular, para o nosso concelho, não só pela construção e pelo envolvimento de imensa mão-de-obra e a criação de novos postos de trabalho após a sua construção, mas também porque permitirá que a nossa cidade tenha mais de 200 000 turistas ao longo do ano.

O que está estimado são mais de 100 cruzeiros, sendo que cada cruzeiro tem, normalmente, mais de 2 000 pessoas; isso é fundamental para a sustentabilidade do comércio e da economia da nossa ilha.

Seja nesta ou noutra posição, nunca me calarei quanto à construção do Cais de Cruzeiros.

Já agora, acrescento mais: quando não se quer fazer nada, alteram-se os estudos. Peço desculpa, mas gostaria de deixar clara a posição do presidente da Assembleia sobre esta matéria.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Está a dar-me razão, portanto.

**Sr. presidente da Mesa:** – Estou a dizer que tem que ser cumprido; não há qualquer tipo de dúvida! Não é daqueles investimentos onde não há retorno; apesar de caro, é um investimento com retorno, por isso não podemos deixar de pugnar para que se realize.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 28 de dezembro a 26 de fevereiro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Apesar da informação se encontrar toda disponível pretendo destacar: a empreitada do canil municipal que está em fase de adjudicação e, em princípio, começará neste mês de março; a empreitada de criação do arruamento de acesso à nova escola da Ribeirinha que está em fase de conclusão; o início dos trabalhos da empreitada de pavimentação e sobras de estacionamento que era uma necessidade manifestada sucessivamente pelos presidentes de juntas de freguesia e que atrasou mais do que pretendíamos mas já está em execução, bem como a empreitada das pinturas de diversas estradas novas que está a ser executada com particular prioridade para as pinturas junto à escola Jerónimo Emiliano de Andrade.

Destacamos também o relatório final do novo mercado Duque de Bragança, uma obra de muito peso e importante para este município, a preparação do edifício da escola da Conceição para receber diversas entidades, incluindo a Junta de Freguesia da Conceição que aceitou uma permuta de instalações proposta pela Câmara, o prolongamento da rede de distribuição de água na variante norte ao Raminho e a assinatura do contrato de remodelação das redes de abastecimento e drenagem de águas do Chafariz Velho/Ladeira Branca.

Tendo decorrido um lapso tempo relativamente curto desde a última sessão da Assembleia, são estas as atividades inscritas no relatório que me mereceram maior destaque.

**Sr. d. m. José Gabriel Silva:** – Tal como a senhora presidente referiu, a minha intervenção refere-se à preparação dos edifícios da antiga escola da Conceição que vêm substituir aquele projeto megalómano previsto para a urbanização do Lameirinho, satisfazendo as necessidades de várias instituições que não tinham Sedes ou as tinham a custos muito elevados para o seu orçamento. Vamos ter 12 ou 14 instituições naqueles edifícios, o que muito nos apraz registar porque satisfazem as necessidades das instituições.

Desde que sou presidente daquela Junta de Freguesia, há 5 mandatos consecutivos, sempre ouvi um apelo do Grupo Folclórico de Bailhos e Cantares da Conceição, (que talvez muita gente não saiba que existe), a pedir-me uma Sede; hoje posso dizer que já possuem a sua Sede e estão a trabalhar, assim como a própria Associação Portuguesa de Deficientes que estava ali instalada junto à Santa Casa da Misericórdia.

É importante este apoio dado pela Câmara, que não é pouco, apesar de precisarmos muito mais. Uma coisa é recuperar um prédio velho, outra é construí-lo de raiz. Com sabem, as casas de banho, que estavam preparadas para crianças, estão a ser remodeladas assim como os pisos e a construção de casas de banho para deficientes. Independentemente de ter sido uma

escola primária, não percebo porque não havia ali nada relacionado com os deficientes; possivelmente, não havia ali crianças deficientes. Havia ali muitas obras a fazer e estão a ser feitas.

Fico muito satisfeito com esta atitude da Câmara e pelo facto de várias instituições verem agora os seus anseios concretizados. Em nome da Junta de Freguesia da Conceição, desejo expressar à Câmara o nosso agradecimento.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria pegar numa questão que não deixa de ser incontornável, que são as calçadas da cidade. Neste momento temos um problema gravíssimo: a rua do Marquês está com aquele buraco aberto há cerca de 6 meses com prejuízos evidentes, em primeiro lugar, para os moradores da rua e, em segundo, para todo o trânsito da cidade porque aquela via servia a fluidez do trânsito, evitando os problemas hoje existentes na rua da Sé.

Na última Assembleia Municipal houve o compromisso, por parte da senhora presidente, de resolver a cessação do contrato com a atual empreitada e resolver o problema daquela rua com meios próprios da Câmara Municipal. A situação é dramática para os moradores daquela rua e encontra-se exatamente igual ao que estava em dezembro quando nos reunimos. Não confundi «cessão» com «cessação» e já lá chegarei.

Não pode passar mais tempo e a Câmara tem que resolver aquele problema. Aquilo é uma urgência, um drama para os moradores e para o trânsito da cidade e gostaria que a senhora presidente, dentro das limitações, que são óbvias, nos pudesse prever um período de tempo para que a situação se resolva e assim acalme e dê expectativas às pessoas que ali moram ou têm alguma atividade comercial; estou a lembrar-me de uma escola de condução, de uma loja de artigos de caça, de um consultório de psicólogo, etc., que veem a sua atividade prejudicada e precisam de respostas.

Quanto à empreitada das calçadas propriamente dita, gostaria de saber em que fase é que está o processo porque, segundo o que consta, terá voltado à estaca zero. Terá havido o fim do contrato com o empreiteiro responsável pela obra e não terá havido acordo com outra empresa para fazer a cessão do contrato da empreitada.

Gostaria que nos informasse se há outros empreiteiros interessados em realizar a obra das calçadas com aquele Caderno de Encargos, se haverá necessidade de o alterar, até porque, neste momento, o objeto da obra já é diferente do inicial visto que há correções a fazer à obra inicial exigidas pela Direção Regional da Cultura e parte da obra que constava do Caderno de Encargos inicial já está feita. Gostaríamos de saber se está previsto um novo concurso.

Gostaria de saber também qual o ponto da situação no que diz respeito à Direção Regional da Cultura e às negociações que a senhora presidente, na última assembleia, nos disse que seriam realizadas após a emissão do tal polémico Parecer da DRC que rejeitava a obra no estado em que ela estava e também, havendo novo concurso, acordo ou não acordo, para quando se prevê o reinício dos trabalhos desta empreitada.

Voltando um pouco atrás, porque me faltou tempo no Período de Antes da Ordem do Dia e respondendo também ao senhor presidente da Assembleia, o PSD foi, de facto, contra a obra do Cais de Cruzeiros nos moldes em que os projetos foram apresentados, implicando um forte impacto e graves consequências sobre a baía de Angra. Não somos contra as obras no concelho que tragam turistas, investimento e economia porque estamos a precisar dela agora mais do que nunca.

Se há outros projetos que impliquem a construção do Cais de Cruzeiros numa base de proximidade, noutra sítio e noutras circunstâncias que não prejudiquem o parque arqueológico, então sim, começa o processo de novo e poderemos estudá-lo de outro modo.

Há uma outra questão que também deve merecer preocupação de todos os deputados desta casa e tem a ver com o referido parque arqueológico. Não sei se se recordam que há algum tempo, quando o grupo de arqueologia subaquática do museu de Angra estava no máximo da sua atividade, colocaram-se alguns problemas quanto à titularidade dos achados recuperados do fundo do mar dos Açores.

Tal como se coloca agora a situação das riquezas minerais dos fundos marinhos, também os achados arqueológicos mereceram uma disputa de titularidade entre o Estado português e a região dos Açores.

Acho que chegou a altura de se voltar a retomar esse tema e essa disputa de titularidade para que os achados retirados das nossas baías não tenham que voltar a ser afundados como aconteceu com alguns por não se saber a quem pertenciam.

As riquezas em parques arqueológicos subaquáticos são enormes mas, se estiverem em museus, expostas de modo a que possam ser visitadas por um número maior de pessoas, sejam cobrados bilhetes e deixadas mais-valias no nosso concelho e na nossa ilha, tanto melhor.

Se é para haver um plano de requalificação da baía de Angra, estou a lembrar-me de um conjunto de edifícios que podem ser requalificados e musealizados de modo a que possa haver em Angra um museu dos descobrimentos e do mar onde possa ser exposto, com todas as mais-valias para o concelho, tudo o que for retirado da baía.

Quiçá, após alguma limpeza, no melhor sentido da palavra, da baía de Angra, dos seus achados mais valiosos, possa então equacionar-se a construção do que quer que seja, não fechando a baía, porque me aterroriza o facto de haver um qualquer comandante «Schettino» que vire ali um navio e a destrua de vez ou se possa fazer um cais noutra sítio.

Falei no projeto da Baía das Águas, consciente das suas dificuldades, mas, se houver fundos comunitários, se o projeto for maior e mais caro, virão ainda mais fundos se o mesmo for fundamentado e estruturado e possa ser aceite.

Queria também aproveitar esta ocasião para voltar a referir a questão do hotel do Canta Galo. Senhora presidente, em que estado é que está o licenciamento, definitivo ou não, daquele hotel? São frequentes e recorrentes as dificuldades porque passa aquele hotel e aquele hoteleiro e a situação laboral dos funcionários. Consta também que haverá alguma desadequação, algumas incongruências entre o que está construído e o que está projetado no hotel e que poderá estar a causar impedimentos no seu licenciamento definitivo.

Nós, na última Assembleia Municipal, fomos acusados, talvez de forma um pouco infeliz pelo senhor presidente da Junta da Conceição, de haver aqui uns quantos abutres (e esse foi o termo que utilizou) que nunca desejaram o hotel, esperavam que aquilo corresse mal, que aquilo desse para o torto e que nada fosse ao lugar. Devo dizer-lhe: não há abutres mas, graças a alguma má governação, Angra está pejada de cadáveres e de mamarrachos.

Desde o tempo da candidatura do doutor Bento Barcelos à Câmara Municipal, o PSD sempre foi contra a construção de um hotel naquele local. Defenderíamos a construção de um hotel (a ser construído um hotel), quiçá no atual espaço da TERCON que é outro cadáver da nossa cidade e defendíamos uma consolidação daquela encosta que era necessária porque estava a cair e causava inúmeros perigos, quer para o bairro do Canta Galo, quer para o trânsito que passava naquela rua ali por baixo.

Aquele projeto daquele hotel nasceu torto, cresceu torto, torto está e esperemos que não venha a morrer torto mas não é por causa de nenhum abutre que tentou prevenir em vez de remediar, senhor presidente. Acho que a sua intervenção nesse momento foi muito infeliz porque estamos muito mais perto de ter um hotel *Monte Palace* plantado na baía de Angra do que a

resolução daquele problema. Isso, de facto, é uma infelicidade que, mais uma vez, o tempo se calhar... e espero que não.

Já nem falo da vista que se perdeu do bairro do Canta Galo nem da qualidade estética do empreendimento mas lembro os empregos e a atividade económica que aquilo poderia e deveria gerar para a cidade; neste momento está mais longe de o conseguir do que, de fechar a porta.

Gostaria que essas informações nos fossem dadas, até porque, para além de tudo o que já referi, há muito mas muito dinheiro público metido naquele lugar. Muito dinheiro público da Câmara, quer no desaterro e na preparação do buraco para lá fazer o hotel, quer nas fundações há dinheiro público metido ali.

Quanto àquilo que disse da ex-escola da Conceição, estou perfeitamente de acordo consigo, acho que, a haver edifícios que possam ser reaproveitados, requalificados e melhor utilizados para as gerações futuras e para as instituições das freguesias, muito bem, vamos a isso. Tem todo, todo, todo o nosso apoio mas não o teria, sem dúvida, para a construção inicial de um edifício megalómano como o senhor presidente o classificou, mas que, entretanto, foi anunciado, publicitado, o projeto foi pago, foi caro e foi para a gaveta.

**Sr. presidente da Mesa:** – Chamo a atenção dos senhores deputados que estamos a discutir a atividade municipal desenvolvida durante o período de 28 de dezembro de 2012 a 26 de fevereiro de 2013.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Gostaria de alguns esclarecimentos a respeito dos quadros financeiros. Na página 54, referente às transferências de capital, nas receitas, há uma diferença em relação ao que estava previsto de 4,5 milhões de euros. Gostaria que me esclarecessem se isto é relativo a fundos comunitários que não foram transferidos por alguma razão e que motivo é que originou esta diferença tão grande no que estava previsto para o que foi efetivamente realizado.

Na página 57, relativa aos Serviços Municipalizados, na execução da receita de 2012, na coluna «liquidado», refere aqui «... *diversos serviços de água e aluguer de contador*». A verba liquidada está a negativo e uma receita negativa é uma despesa; por isso, pergunto se não deveria estar no quadro da despesa em vez de constar no quadro da receita.

Na coluna do «cobrado» aparece um asterisco e logo a seguir ao quadro não aparece a nota a justificá-lo que vai aparecer depois na página 60 abaixo do quadro da despesa; é um asterisco que refere a nota da despesa realizada mas não incluída como despesa corrente. Se esta nota é relativa ao asterisco do quadro da receita, sugiro que a nota venha logo a seguir ao quadro e não 3 páginas depois.

**Sr. presidente da Câmara:** – A questão da escola da Conceição é, com certeza, uma satisfação para todos.

Em resposta à questão colocada referente às calçadas, ainda bem que referiu a diferença entre «cessão» e «cessação». Tentou-se uma cessão da posição contratual, ou seja, a empresa que estava a realizar a obra, a MENESES & McFADDEN, indicou uma empresa local, a TRANSJET, que estaria eventualmente disponível, convidando-a a receber a posição contratual da Câmara mantendo os mesmos valores, o mesmo Caderno de Encargos e os mesmos procedimentos em relação à obra.

Passou-se algum tempo e após alguma insistência da nossa parte e da própria MENESES & McFADDEN, a TRANSJET acabou por não assumir uma posição favorável relativamente a esta situação. Face a todos estes esforços que acabaram por se revelar infrutíferos, a Câmara decidiu cessar a posição contratual com a empresa MENESES & McFADDEN. Houve uma deliberação em reunião de Câmara e entrou em período de audiência prévia.

Contactámos a MENESES & MCFADDEN que, como sabem, se encontra num processo de revitalização, contactámos também o gestor do processo de insolvência e revitalização da empresa, solicitando que se manifestassem atempadamente mesmo que não tivessem nada a opor para que, já nesta última reunião, fosse deliberada a cessão da posição contratual para que a Câmara, com os seus calceteiros, começasse a calcetar a rua do Marquês de imediato, o que não podemos fazer sem essa deliberação.

O gestor de insolvência da empresa manifestou que preferiam um mútuo acordo que não foi aceite em situações anteriores porque a obra é para continuar. Não se pode daqui deduzir que haja uma vontade da Câmara em terminar com o trabalho; há uma vontade de terminar com aquele empreiteiro por incumprimento e abandono da obra e não existe um entendimento de mútuo acordo que seria melhor para ambas as partes.

Está a decorrer o prazo para a audiência prévia que termina na próxima semana. Na próxima reunião de Câmara a realizar de segunda-feira a 8 dias, provavelmente haverá a deliberação final, salvo se, entretanto, surgir alguma situação inesperada comunicada pelo administrador de insolvência da empresa ou pelos advogados que venha justificar algum atraso. Se tal não acontecer, de segunda-feira a 8 dias, a proposta de cessão vai a reunião de Câmara.

Numa primeira parte, o calcetamento será feito sensivelmente até meio da rua, porque as infraestruturas já estão feitas e ao mesmo tempo teremos que fazer um ajuste direto para terminarmos as infraestruturas na parte superior da rua, para que os calceteiros possam continuar e finalizar toda a rua.

O que o senhor deputado Luís Rendeiro referiu acerca do hotel do Canta Galo é o que está a acontecer. O dono da obra entregou peças desenhadas, as denominadas telas finais, só que essas telas não passam de desenhos porque não vêm acompanhadas de termos de responsabilidade, não estão assinadas e não têm qualquer validade.

O dono da obra entende que a Câmara está a criar-lhe dificuldades mas não podemos receber uns desenhos em formato A4 ou A3 sem quaisquer assinaturas ou termos de responsabilidade, sem estarem licenciados, nem tendo recolhido os Pareceres das devidas entidades para emitirmos uma licença definitiva da obra.

Enviámos um *e-mail* ao dono da obra referenciando todos os aspetos em causa, o que temos feito recorrentemente, e ele respondeu com outros aspetos da lei que nada têm a ver com o que está em causa. Estamos a aguardar que ele entregue as peças procedimentais.

Temos um ótimo entendimento pessoal mas há divergências institucionais. Esta empresa colocou a Câmara em tribunal, querendo obrigá-la a emitir a licença mas o tribunal decidiu a favor da Câmara e obrigou o hotel a pagar as custas do processo.

Em relação às questões colocadas a respeito do quadro, por lapso não mencionei a aprovação em reunião de Câmara dos apoios aos clubes desportivos. O município decidiu manter, nesta fase, um apoio até um aumento de 4 000,00€ dividido em função dos resultados de cada equipa. Este reforço é importante porque, na componente da formação, há muitos pais que usufruem destas atividades gratuitamente e o município entende que deve continuar a apoiar.

É importante referir também que, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012, a Câmara aumentou a sua capacidade de endividamento de 4 para 11%. Tínhamos um limite de cerca de 342 000,00€ e temos neste momento um limite de endividamento de 1 015 000,00€, um aumento bastante significativo.

Respondendo agora às questões das contas, na página 54 referente à componente da receita, os 4 529 000,00€ de transferências de capital são, na sua maioria, resultantes de receitas provenientes de fundos comunitários. Como só recebemos após o executado, há aqui um desfasamento.

É aqui evidenciado que a receita não foi recebida. Uma não-receita não é necessariamente uma despesa; não funciona exatamente assim. Não há receita mas pode não significar despesa; significa apenas que não recebemos aquele valor.

Também estranhei o facto de estar aqui mencionado a negativo, um pormenor do qual não me apercebi na altura. Tenho que verificar e apurar mas os valores negativos nas receitas não têm que transitar para as despesas.

O asterisco refere-se a todos os quadros que é a despesa realizada; está nesse quadro mas também está no seguinte e relaciona-se com a coluna do «cobrado». Está na execução da receita e volta a aparecer na execução da receita 13-02 e, sempre que é referenciado, aparece no fim.

**Sra. d. m. Alódia Silva:** – A senhora presidente não respondeu a algumas questões levantadas pelo deputado Luís Rendeiro, nomeadamente à questão sobre o resultado da reunião que manteve com o Diretor Regional da Cultura quanto ao estado das calçadas, se a obra está a ser bem executada, se o Caderno de Encargos está a ser cumprido e o que vai fazer em relação a todas as ruas de Angra, além da rua do Marquês. Vai lançar novo concurso e novo Caderno de Encargos para dar cumprimento às exigências da DRAC? A senhora presidente esqueceu-se de referir essas situações.

**Sra. presidente da Câmara:** – Não tinha anotado. Houve uma reunião lá em cima na DRC com o Diretor Regional, onde combinámos uma visita ao local acompanhados das respetivas equipas técnicas, com o objetivo de avaliarmos os lugares exatos que necessitariam de intervenção, porque não se trata de uma situação generalizada, mas houve mau tempo no dia em que a visita seria realizada e dificuldades de reagendamento, além desta questão da cessação da posição contratual.

Vamos elaborar obrigatoriamente um novo Caderno de Encargos porque vamos englobar 2 situações no novo procedimento: a rua da Miragaia que ia ser intervencionada à parte e passa agora a estar englobada neste procedimento e também a rua do Pisão, à descida da Memória, porque há ali um troço muito perigoso onde decorrem muitos acidentes. Houve uma moradora que se queixou recentemente que uma viatura lhe partiu a janela e entrou pela casa. A solução encontrada é semelhante à da rua do Marquês e da rua da Miragaia com a substituição da pedra.

Vamos criar um novo procedimento e este novo Caderno de Encargos será antecedido de consulta à Direção Regional da Cultura, para se definir o que se irá fazer. Vamos avaliar também outras situações que entretanto foram detetadas, para avaliarmos se serão incluídas no novo procedimento para reparação ou se serão realizadas separadamente por administração direta da Câmara ou por ajuste direto simplificado. Provavelmente será por administração direta da Câmara. Vamos lançar novo concurso porque vamos cessar esta posição contratual.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria salientar esta última afirmação da senhora presidente da Câmara e a importância da necessidade de elaboração de um novo Caderno de Encargos para a empreitada das calçadas.

Tive a oportunidade de ter uma conversa a título particular com o principal responsável por uma das mais importantes empresas em atividade na região que, a título também particular, me tinha confidenciado que, com aquele Caderno de Encargos, seria muito difícil para uma empresa credível, fazer um trabalho bem feito e adequado às necessidades e à exigência daquela obra, o que nos traz à eterna discussão sobre a forma como devem ser organizados os concursos públicos.

Sabemos que nos países anglo-saxónicos há 2 fases da abertura das propostas; primeiro é selecionada a melhor proposta e só depois é que são abertos os envelopes contendo os valores.

Em Portugal a prática é inversa, optando-se sempre pela proposta mais barata, que nem sempre é a melhor. Como todos nós sabemos, devido a algumas escolhas que fazemos para as nossas vidas, por vezes o barato sai caro.

Julgo que, no caso da empreitada das calçadas da cidade, optou-se pela obra que, à partida, seria a mais vantajosa para o concelho em termos financeiros mas que acabou por se revelar neste desastre que temos vindo a verificar.

No que diz respeito à rua do Marquês, se calhar vou ser um bocadinho irónico ao citar uma frase muitas vezes utilizada nas campanhas do Partido Socialista; é que o que também nos preocupa são as pessoas e os prazos jurídicos podem atrasar ainda mais a resolução do problema de quem tem um buraco há 6 meses do lado de fora da sua porta.

Seria importante que todas as diligências fossem feitas, dentro do possível e do impossível, com vista a encurtar ao máximo os prazos para que, tão cedo quanto possível, os meios da Câmara fossem postos ao dispor da população e se resolvesse aquele buraco na rua do Marquês.

Quanto ao hotel do Canta Galo, o relacionamento pessoal, de facto, é irrelevante para esta situação, senhora presidente; os relacionamentos institucionais são os únicos que importam ter em conta.

Se, há alguns tempos atrás, nesta Assembleia Municipal, nos foi descrito que o senhor Américo era uma pessoa acessível, uma pessoa simpática com a qual era fácil dialogar e se resolvia todos os problemas, neste momento parece-me que o senhor Américo é um grande artista e que, de facto, é muito hábil em aldrabar todos os procedimentos necessários para levar a água ao seu moinho.

A situação que se coloca neste momento é, de facto, não havendo o cumprimento da legalidade por parte do senhor Américo ou de quem seja responsável por aquele hotel e por aquele projeto, não havendo a adequação daquilo que está construído com aquilo que é a lei e aquilo a que o empreendimento está obrigado, como é que ficamos? O hotel funciona sem licenciamento? O hotel é obrigado a fechar as portas? É que as perguntas têm que ser respondidas e o meu intuito neste debate era saber exatamente o que acontece porque, das duas, uma: ou tem que haver uma alteração de projeto, aprovada por esta Câmara, de modo a que o mesmo fique conforme com aquilo que está construído ou aquilo que está construído não é legal e tem que haver alterações à obra de modo a que elas se tornem legais.

Temos aqui um problema de uma gravidade imensa, até porque, na última Assembleia Municipal, no hotel estava tudo bem a funcionar numa situação provisória de legalidade e neste momento chegaremos a um ponto em que a situação provisória de legalidade não se poderá eternizar; ou está legal ou não está legal. Se não está legal, alguma coisa tem que ser feita ou, então, a Câmara não pode emitir as licenças e o hotel tem pura e simplesmente que ser fechado. São essas as respostas que é importante obter nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado, senhora presidente.

**Sra. presidente da Câmara:** – Como não há dúvidas de que as pessoas é que contam, passei o fim-de-semana ao telefone com o administrador de insolvência; isto tratou-se numa sexta-feira e passei o sábado e o domingo em troca de *e-mails*. Não temos aqui um horário das 9 às 5; o esforço é muito grande e continua a ser feito para além desse horário, para que isto se consiga concretizar.

Em relação ao hotel do Canta Galo, foi sempre referido que nem tudo estava bem e que a situação não estava concluída, mas sim provisória e assim continua. Neste momento está em falta exatamente aquilo que referiu e tem que estar tudo em consonância; ou se corrige em obra ou em papel. Ou a obra fica igual ao que foi entregue na Câmara e está licenciado ou se



altera em papel, aquilo que acabou por se fazer em obra, para que tudo fique em consonância com os respetivos termos de responsabilidade. Se não fosse pela questão da lei, já tínhamos emitido a licença. Essa licença não existe porque a lei não está a ser cumprida e é isso que está em causa.

Em relação à fiscalização das calçadas, penso que, com a cessação do contrato, cessará também a fiscalização e faz sentido que assim seja. Confesso que ainda não vi a questão ao pormenor que, provavelmente, já estará a cargo do entendimento técnico, mas deduzo que cesse também a fiscalização porque foi contratualizada para este procedimento e não faz sentido que continue... Recebi agora uma nota referindo que, por parte da fiscalização, também não querem continuar a receber sem executarem o trabalho.

**Sr. d. m. António Maio:** – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores e colegas deputados municipais, bom dia.

Não tinha intenção de intervir neste período mas não posso deixar de fazer um reparo à linguagem que foi utilizada na última intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro. Cada um terá as suas razões objetivas e deve defender os seus interesses na luta partidária, mas continua a chocar-me o estilo e a agressividade utilizada.

Não me compete fazer a defesa do senhor Américo nem de nenhum empresário em causa. Acho que a Câmara explicou muito bem o que se está a passar e a senhora presidente da Câmara foi muito feliz, concisa, precisa e objetiva na sua intervenção, utilizando os termos adequados na defesa intransigente da lei como compete a esta Câmara.

O apelo que faço, enquanto deputado municipal, é que a Câmara defenda o que tem que defender até à exaustão, não tenho dúvidas que é o que vai acontecer enquanto a senhora presidente ali estiver e fico muito contente com isso porque temos que acautelar o interesse municipal.

Independentemente das razões objetivas ou subjetivas que possam existir ou tenham existido, choca-me que se use o termo «artista» e «aldrabão». Não gosto da linguagem e acho que não é adequada. Sei que, por vezes, os ânimos aquecem na luta parlamentar porque isto não deixa de ser um mini parlamento mas é sempre a mesma linguagem e a mesma agressividade e não me revejo nesse discurso.

Como sabem, estou de saída, ficarei mais 2 ou 3 reuniões, mas não é o meu estilo e não gosto de ouvir isso. Não posso deixar de fazer este reparo; não ficaria bem com a minha consciência se me mantivesse calado após o que foi dito aqui.

Relativamente às razões objetivas, não preciso de dizer mais nada porque a senhora presidente já defendeu e tenho a certeza que a Câmara zelará e defenderá os nossos interesses, como aliás lhe compete.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Queria fazer uma defesa da honra por aquilo de que fui acusado pelo deputado António Maio, se me der licença. Tenho licença, senhor presidente?

**Sr. presidente da Mesa:** – Faz favor.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Acho que há aqui um equívoco. Não chamei o senhor de aldrabão; disse que ele era capaz de fazer aldrabices. São coisas diferentes. Uma coisa é dizer que uma pessoa mentiu, outra coisa é dizer que é mentiroso. É diferente e judicialmente é diferente...

*Interrompido pelo senhor deputado municipal António Toste.*

Se o senhor deputado António Toste se quiser inscrever depois, tenha a bondade. Quanto à questão do artista, de facto, tem havido várias artimanhas durante este processo que têm conduzido a atrasos e a dificuldades no processo.

Doutor António Maio, espero que a sua intervenção também seja apenas política. Espero que, de entre as várias acusações que já lhe fiz de conflito de interesses, também não haja aqui nenhum outro conflito de interesse seu no âmbito da questão do hotel do Canta Galo. Muito obrigado.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Se o hotel não está licenciado, quem é que está a garantir a segurança em termos de incêndios, assaltos, etc.? Se ainda não está licenciado, as entidades públicas poderão garantir esse tipo de serviços?

**Sr. d. m. António Maio:** – Senhor presidente, já agora gostaria de intervir para a defesa da honra. O meu conflito de interesses fica tão expresso, assim como o meu apelo para que a Câmara respeite a legalidade e cumpra a lei é tão manifesto e tão expressivo. Fica aqui bem expresso o meu conflito de interesses. Francamente acho que não vou responder mais a isso, porque acho que não vale a pena.

**Sra. presidente da Câmara:** – O hotel está a funcionar provisoriamente neste momento e, atendendo aos documentos em falta, o proprietário foi informado que será convocada, por parte desta Câmara, uma vistoria às instalações, face às dissonâncias existentes entre aquilo que já sabemos que está em obra e o que está em projeto, com o objetivo de acautelar.

**1.2 – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e em conformidade com o Ponto 8.3 do POCAL (DL n.º 54 – A/99 de 22 de fevereiro).**

**Sra. presidente da Câmara:** – Face à internalização da CULTURANGRA, há uma reafetação das verbas por orgânica. Grande parte do documento reflete apenas a transição de umas rúbricas para as outras, das verbas que estavam afetas em termos de pessoal. Depois temos a inserção de verbas que transitam do ano passado para este ano que não tinham sido executadas financeiramente. Há também a inserção da verba que eu tinha referido na última sessão da Assembleia, porque havia uma falha no orçamento respeitante ao valor destinado à Junta de Freguesia da Ribeirinha para a delegação de competências e que seria reposto na próxima Assembleia. Trata-se de ajustes bastante simples.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhora presidente, tenho aqui algumas dúvidas sobre esta pequena revisão. Há aqui uma rúbrica que é uma transferência de compromissos de apoio aos bailinhos de carnaval de 2011 a ser agora atualizada numa primeira revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013. Gostaria que me pudesse explicar porque é que esta questão de 2011 aparece em 2013.

Temos também aqui um aumento das receitas de capital que se vai traduzir num aumento das despesas correntes. Esse aumento das despesas correntes tem a ver com o que já nos disse, que era a requalificação dos espaços públicos da Ribeirinha que não estava contemplada no orçamento inicial; em 2012 tinha uma verba de 25 000,00€, o mesmo valor em 2011 e agora passará a ter 30 000,00€.

Numa fase inicial também não havia contemplação de verbas para a freguesia de S. Sebastião e agora temos 12 500,00€ também para requalificação e espaços públicos. Em 2012 eram outros 12 500,00€ e em 2011 eram os famigerados 25 000,00€ para a construção do painel de

azulejos no Largo da Fonte no local mais conhecido pelo muro do Crista, motivo de debate na última Assembleia Municipal.

Por informação da representante da Junta de Freguesia que aqui esteve presente, não só a obra não foi construída como a verba não foi utilizada e encontra-se cativa na Junta de Freguesia à espera de melhor uso.

No que diz respeito à cozinha do império do Lameirinho, também não havia verba disponível no início de 2013, atualmente passa a haver 9 000,00€, em 2012 eram 6 000,00€ e em 2011 foram 25 000,00€. Pergunta-se quanto tempo levará a ser construída esta cozinha, qual a estimativa dos custos totais e porquê estas atualizações de transferência, ano após ano. Gostaria que me explicassem a atual situação desta cozinha do império do Lameirinho.

Há também aqui atualizações de verbas para a rotunda do Infante D. Henrique que, suponho que seja aquela mais próxima da antiga fábrica da EDA. Em 2012 a verba que constou em orçamento eram 4 000,00€, no início de 2013 eram 10 000,00€, agora são mais 6 000,00€, portanto, 20 000,00€ para o monumento da rotunda.

Gostaria que nos explicasse qual o monumento e o faseamento destas verbas ao longo do tempo, porque é sabido que neste momento não há qualquer monumento naquela rotunda. Muito obrigado, senhora presidente.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Apenas uma questão relativa a estes valores que aparecem a vermelho logo no primeiro quadro. Sei que são mudanças de orgânica mas há um valor que me saltou à vista relativo à conta 0201010401, pessoal em funções, menos 161 308,00€. Na descrição aparece «motorista da presidência». Sei que isto é uma redução no valor que estava previsto mas gostava de saber porque é que previram 161 000,00€. Acho um bocadinho exagerado para o motorista da presidência; assim, disponibilizo-me para ser sua motorista, senhora presidente.

**Sra. presidente da Câmara:** – Bem, fiquei a pensar nesta questão. Por este montante, também me disponibilizo para ser a minha própria motorista.

Começando pelas questões colocadas pelo deputado Luís Rendeiro, há um erro de interpretação porque não se trata de verbas acrescidas. Estes são os montantes do ano passado que, não tendo sido executados a 100%, há uma transição porque não estavam previstos no orçamento deste ano. Tal como acontece quando concorremos a fundos comunitários, o que não executamos num ano, transita para o ano seguinte. Não há acréscimo; são os mesmos valores.

Em relação ao que foi aprovado e discutido em orçamento, o acréscimo que aqui temos refere-se à situação da Ribeirinha porque tínhamos detetado um erro nosso que aqui se vem repor. O remanescente é a transição das verbas que não chegaram a transitar. No que diz respeito à Conceição e a S. Sebastião, são verbas novas, são as mesmas.

Não sei responder em pormenor a esta questão do motorista da presidência, porque, como é óbvio, o motorista não recebe este valor; provavelmente, nem 10 motoristas receberiam este valor e não sei porque é que foi contabilizado numa fase inicial. Deve haver uma falha mas preciso de mais tempo para responder, porque não me tinha apercebido. Pode ter sido um mau cabimento mas vou verificar.

Não se registando mais intervenções, **a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2013 constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria** com 31 votos a favor (22 do PS, 1 do deputado municipal independente, 5 do PSD, 3 do CDS/PP) e 6 abstenções do Partido Social Democrata.

**1.3 – Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo n.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – A proposta visa colmatar 2 situações. A primeira é relativa a um parque que existe junto ao liceu que está na zona tarifada e não é tarifado. Devido a um alerta da senhora deputada municipal Alódia Silva, fui confirmar uma situação. Este é o primeiro passo, seguindo-se uma alteração ao contrato existente atualmente com as finanças, para que não exista uma «aldeia de gauleses» no meio da cidade.

A segunda situação visa permitir que seja a empresa exploradora a proceder posteriormente à liquidação dos valores que não foram pagos voluntariamente nos primeiros 15 dias por quem não tinha estacionamento tarifado válido.

O que estava a acontecer era que o município teria que desenvolver esse procedimento mas depois a receita reverteria para a empresa. Assim sendo, pretende-se que seja a empresa a tratar de todos estes procedimentos.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Há apenas uma situação que nos merece algum registo. Compreendendo a bondade das intenções da senhora presidente da Câmara, verifica-se que, neste momento, há um desaparecimento cada vez mais acentuado das zonas em que se pode estacionar gratuitamente em Angra; a tendência é que haja oásis de estacionamento gratuito nas periferias da cidade.

Dadas as dificuldades e os constrangimentos atuais das populações, suponho que, se calhar, numa futura revisão dos espaços de estacionamento de Angra, se deveria começar a pensar quais as zonas que, pela sua maior procura e ocupação, devem manter-se tarifadas e outras que, por terem menor procura e ocupação, sendo tarifadas atualmente, poderão deixar de o ser de modo a criar aqui alguma escapatória para as pessoas.

Compreendendo que o sítio que passa a ser tarifado ali ao pé da Fanfarra Operária e dos Bombeiros, está rodeado de imensas zonas tarifadas (e temos o parque do tribunal logo ali ao pé com valores de parquímetro mais baixos do que as zonas circundantes), percebe-se a inclusão daquela zona no estacionamento tarifado mas preocupa-nos o desaparecimento do estacionamento gratuito em Angra, a não ser nas periferias.

Não se registando mais intervenções, a **Alteração constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor do PS e 13 abstenções, (10 do PSD, 3 do CDS-PP).

**1.4 – Alteração ao Regulamento de Cedência de Espaços de Terreno na Zona Industrial de Angra do Heroísmo, no sentido de criar condições favoráveis ao incremento das aquisições em regime de propriedade plena de lotes na Zona Industrial. Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo n.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – Há 4 aspetos fundamentais nesta proposta de alteração que surge na sequência das manifestações realizadas pelos próprios arrendatários ou compradores e também pela Câmara do Comércio.

O primeiro tem a ver com as dificuldades atualmente sentidas com o prazo para o início da obra, pretendendo-se que a mesma não tenha que começar dentro de 18 meses, mas sim, no prazo de 36 meses e termine em 60 meses.

A segunda questão tem a ver com a permissão de um subarrendamento. Um terceiro aspeto está relacionado com a possibilidade do pagamento mensal, em vez de trimestral ou anual e o

último aspeto tem a ver com um articulado que já existia mas que se referia a datas em concreto; aqui vem retirar-se a componente das datas, passando a referir o número de anos, ou seja são descontos para os compradores.

Não se registando quaisquer intervenções, a **Alteração ao Regulamento constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.**

**1.5 – Classificação de interesse municipal do Reservatório de Água do Caminho do Depósito, sito na freguesia de Santa Bárbara, para aprovação do órgão deliberativo conforme dispõe o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de agosto que aprovou o regime jurídico relativo à inventariação, classificação, proteção e valorização dos bens culturais móveis e imóveis na Região Autónoma dos Açores.**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Estou surpreendido porque esperava que fosse alguém da bancada do Partido Socialista a falar disto, uma vez que a recomendação vem da bancada do PS no sentido de classificar este imóvel como de interesse municipal.

Aprovámos esta recomendação por unanimidade nessa sessão da Assembleia Municipal e suponho que será também por unanimidade que a mesma será aprovada aqui hoje.

**Sr. d. m. João Santos:** – Se o senhor deputado estava com saudades minhas, podia tê-lo assumido logo porque já dissemos o que tínhamos a dizer sobre este assunto quando propusemos a recomendação. Resta-nos votá-la favoravelmente hoje e não temos mais nada a acrescentar, a não ser o prazer de lhe responder pessoalmente. Muito obrigado.

Não se registaram mais intervenções. A **Recomendação constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.**

**1.6 – Primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2013, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, bem como autorizar a assunção dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro.**

**Sra. presidente da Câmara:** – A revisão visa precisamente dividir a obra em 2 anos. Face ao atraso na assinatura do contrato, devido às dificuldades do empreiteiro em reunir todos os dados (porque se atrasou um mês e pouco a reunir todos os documentos de que precisava, como a garantia bancária, etc., o que catapultou para o ano seguinte parte da execução financeira), o Tribunal de Contas solicita que se faça uma revisão, prevendo que essa verba seja plurianual, por isso é que vem à Assembleia.

Não se registando quaisquer intervenções, a **Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.**

**Sr. presidente da Mesa:** – Peço ao senhor deputado Luís Rendeiro que venha até aqui.

**1.7 – Pedido de autorização prévia dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, no sentido de procederem à contratação das licenças da Microsoft por três anos, no valor de 90 000,00€, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.**

Não se registando quaisquer intervenções, o **Pedido de Autorização constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.**

**1.8 - Alteração dos estatutos da TERAMB EEM, para aprovação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e do n.º 2 do artigo 70.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, de forma a adequar os referidos estatutos ao novo Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.**

Não se registando quaisquer intervenções, a **Alteração aos estatutos da TERAMB EEM constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor (21 do PS, 1 do deputado municipal independente) e 14 abstenções (11 do PSD, 3 do CDS-PP).

## **2. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2.1 – Substituição do Sr. deputado municipal António Maio como representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo no Conselho de Ilha.**

**Sr. presidente da Mesa:** – O senhor deputado António Maio pediu para sair do Conselho de Ilha por razões pessoais, como já tinha dito na última Assembleia. Por isso, propõe-se que seja eleito o seu substituto.

**Sr. d. m. João Santos:** – Considerando que o senhor deputado António Maio pertencia ao grupo municipal do Partido Socialista, apresentamos, para integrar o Conselho de Ilha da Terceira, o nome da senhora deputada Luísa Ribeiro.

**Sr. presidente da Mesa:** – Enquanto os senhores deputados preenchem os votos, queria aproveitar para, em nome pessoal e da Mesa, endereçar ao senhor deputado António Maio os sentidos pêsames pelo falecimento do seu pai, cujo funeral não pude acompanhar por desconhecimento.

Digo também à Assembleia Municipal que o tempo em que o senhor deputado António Maio desempenhou as funções de presidente do Conselho de Ilha, fê-lo com o maior profissionalismo possível, ganhando aquele órgão com a sua intervenção alguma vitalidade e visibilidade.

A partir do seu mandato, o Conselho de Ilha jamais será o que era no passado, inexistente ou um órgão com um cumprimento pouco escrupuloso das funções para as quais foi criado. Deixo aqui um agradecimento ao senhor deputado António Maio pela forma como desempenhou o cargo.

Entretanto, também gostaria de referir que hoje foi feita a última comunicação pelo Papa Bento XVI, que se retirou numa atitude que não era comum na igreja. Independentemente das vossas convicções de natureza religiosa, gostaria de salientar que essa atitude não deixará por certo de ter um reflexo muito profundo na vida da Igreja Católica.

Deixo aqui este testemunho pela coragem que ele teve em dizer que o exercício de um cargo daquela natureza deve ser feito enquanto as pessoas tiverem capacidade mental e física para tal. O Papa Bento XVI resignará amanhã e dirigiu-se hoje pela última vez ao público na praça de S. Pedro.

Não se registando mais intervenções, por escrutínio secreto, **foi eleita como representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo ao Conselho de Ilha na Terceira, em**

**substituição do senhor deputado municipal António Maio, a senhora deputada municipal Maria Luísa da Cunha Ribeiro, com 23 votos a favor, 11 abstenções e 4 votos contra.**

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 11H35M do dia 27 de fevereiro de 2013, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**